O METALÚRGICO

Órgão oficial do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá
Sede Santo André: Rua Gertrudes de Lima, 202 **Fone:** 4993-8999
Sede Mauá: Av. Capitão João, 360 **Fone:** 4555-5500

Metalurgicos.SA.MA
www.metalurgicosantoandre.org.br

Edição 1033 | 3 de abril de 2019

Reforma da Previdência aumenta injustiça sem combater privilégios

Página 2

Reforma da Previdência aumenta injustiça sem combater privilégios

Quanto mais se analisa e se discute a proposta de reforma da Previdência do governo Jair Bolsonaro mais claras ficam as injustiças contra os mais pobres, sem acabar com os privilégios dos que ganham mais. Ou seja, as maldades da reforma vão muito além da idade mínima de 65 anos para os homens e 62 anos para as mulheres e a elevação do tempo de contribuição para 40 anos, medidas que tornam a aposentadoria pública praticamente impossível para os trabalhadores e trabalhadoras de baixa renda.

Reforma tira dignidade de idosos carentes

Mexer no BPC (Benefício de Prestação Continuada) beira o absurdo, pois tira dos idosos em situação de miserabilidade o direito à mínima dignidade, que é o acesso ao benefício de um salário mínimo aos 65 anos de idade. Em vez disso, o governo quer pagar apenas R$ 400, o equivalente a 40% do salário mínimo, a partir dos 60 anos, elevando para R$ 998,00 somente quando o beneficiário atingir os 70 anos. Considerando-se que a expectativa de vida do brasileiro é de 76 anos, na média, dispensa qualquer comentário adicional.

Salário mínimo sem aumento real

Para prejudicar mais ainda a população de baixa renda, a julgar pelas declarações de membros do governo Bolsonaro, o salário mínimo não terá mais aumento real pela variação do PIB (Produto Interno Bruto). Em recente palestra na Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), o vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB) classificou a política de valorização do mínimo como uma “vaca sagrada”, sendo uma das “responsáveis por muitos dos nossos problemas”.

Segundo o diretor-técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), Clemente Ganz Lúcio, o salário mínimo, que vale hoje R$ 998,00, seria de R$ 573,00 sem a política de valorização. Ou seja, teve aumento real de 74%.

Certo é que o governo Bolsonaro precisa se decidir sobre o reajuste do salário mínimo ainda neste mês, quando tem de enviar ao Congresso Nacional a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2020.

A grande armadilha da reforma da Previdência

Desconstitucionalização. Esta palavra, difícil de ser escrita e pronunciada, é a grande armadilha da proposta da reforma da Previdência do governo Bolsonaro. E o que isso significa? Atualmente, as regras da Previdência Social estão previstas na Constituição. Por isso, as mudanças precisam ser feitas por meio de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição), que exige 3/5 de votos favoráveis na Câmara dos Deputados (308 votos dos 513 deputados) e no Senado (49 votos dos 81 senadores), em duas votações em cada Casa.

Assim, a desconstitucionalização significa retirar da Constituição as regras da Previdência. Com isso, o governo poderá mudar mais facilmente itens como idade mínima, tempo de contribuição, regras de cálculo do benefício, regras de reajuste da aposentadoria e pensão, duração e acumulação de benefícios etc, sem a necessidade de uma PEC.

Então, se os deputados federais e senadores aprovarem a reforma previdenciária com a desconstitucionalização, a idade mínima, por exemplo, pode ser elevada por meio de uma lei complementar, que exige menos votos favoráveis que uma PEC para ser aprovada.

Outro exemplo: hoje, as aposentadorias e pensões acima do salário mínimo são reajustadas pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) em 1º de janeiro de cada ano. Com a desconstitucionalização, também essa regra poderia ser alterada por meio de uma simples lei complementar.

Fim da previdência pública e capitalização

Porém, na realidade, o principal objetivo por trás da desconstitucionalização é a imposição do sistema de capitalização no Brasil, acabando com a Previdência pública. Com isso, em vez de ir para o cofre público como é hoje, a contribuição dos trabalhadores, para um dia terem direito a uma aposentadoria, iria para os banqueiros e rentistas, que especulariam esses recursos no mercado financeiro.

O tão citado sistema de capitalização no Chile, implantado no início dos anos 1980 pelo ditador Augusto Pinochet, é um péssimo exemplo a ser seguido. Lá, a maioria dos aposentados sob esse sistema não recebe nem a metade do salário mínimo local após cerca de 40 anos de contribuição.

Essa é a grande armadilha da reforma da Previdência do governo Bolsonaro contra os trabalhadores. Por isso, não podemos engolir mais essa maldade contra a população.

Cícero Firmino (Martinha)
Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá

Calculadora da aposentadoria

O site do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) traz uma ferramenta que ajuda o trabalhador a calcular quanto tempo ainda precisa trabalhar para se aposentar, se a proposta da reforma da Previdência for aprovada no Congresso Nacional. Para fazer a simulação basta entrar no portal www.dieese.org.br, clicar em “Calculadora da aposentadoria” e inserir os dados solicitados. Você precisa saber quanto tempo já contribuiu para a Previdência Social.

Centrais se mobilizam em Brasília pela Previdência pública e organização sindical

As centrais sindicais iniciaram nesta semana uma ofensiva em Brasília em defesa da Previdência Social e contra a MP 873/2019, que tenta proibir o desconto em folha de pagamento até mesmo de mensalidades de sócios a serem repassadas aos sindicatos. Depois da definição do relator na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), a PEC da Previdência começou a andar na Câmara dos Deputados.

Nesta terça-feira, dia 2, os dirigentes sindicais se encontraram com o presidente da Câmara dos Deputados, deputado federal Rodrigo Maia (DEM/RJ) e também com o procurador geral do Trabalho, Ronaldo Fleury. Para esta quarta, dia 3, está previsto um encontro com o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Dias Toffoli, com quem o assunto a ser discutido são as ações de inconstitucionalidade da MP 873.

Estima-se que na primeira instância mais de 40 sindicatos já conquistaram liminares e mandados de segurança para garantir os descontos na folha de pagamento.

Abaixo-assinado. A mobilização contra a proposta de reforma da Previdência do governo Jair Bolsonaro prossegue na quinta-feira, dia 4, com o lançamento de um abaixo-assinado na Praça Ramos de Azevedo, Centro de São Paulo, às 10h. Na ocasião, será distribuída uma cartilha explicando como a reforma atinge os trabalhadores da iniciativa privada e a população mais pobre (leia Editorial na página 2).

As centrais sindicais CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB, Nova Central, CGTB, Intersindical e CSP-Conlutas, no dia 29 de março, em reunião que definiu o calendário de luta

Esse abaixo-assinado será passado nas fábricas e em locais de aglomeração e, depois do 1º de Maio, Dia do Trabalhador, entregue aos deputados federais e senadores no Congresso Nacional.

1º de Maio unificado. Tendo como foco a defesa da Previdência Social, o Dia do Trabalhador reunirá todas as centrais sindicais. O principal evento será na Praça da República, em São Paulo.

O que rola nas fábricas

Mobilizar pela PLR decente

O Sindicato entregou a pauta da PLR-2019 a todas as empresas da base, e os primeiros acordos já estão sendo fechados. Nas empresas como Maxion, Magneti Marelli, Paranapanema e Federal Mogul, as negociações prosseguem.

É hora, portanto, da mobilização no Chão de Fábrica por uma PLR digna para todos. Como o Sindicato vem alertando, desde a entrada em vigor da reforma trabalhista, em novembro de 2017, as tentativas do governo de desorganizar o movimento sindical têm sido pesadas, por isso, a união dos trabalhadores é muito importante para a manutenção das conquistas.

Para tanto, o primeiro passo é eleger uma comissão compromissada com a luta dos trabalhadores. Com os trabalhadores e o Sindicato unidos somos mais fortes.

| Benteler |

Abertas inscrições para PLR

As inscrições para a comissão de negociação da PLR-2019 serão abertas nesta quarta-feira, dia 3, e se encerram no dia 9 de abril, terça da próxima semana. Se tiver mais de dois trabalhadores inscritos, a eleição acontecerá no dia 17 de abril, a partir das 6h, informa o vice-presidente Osmar Fernandes.

| Icaraí |

Sindicato cobra regularização da Cipa

Diante da impossibilidade de se chegar a um acordo com a direção da Icaraí para constituir a Cipa, o Sindicato pediu a realização de uma mesa redonda na DRT, que será nesta quinta-feira, dia 4, às 13h, informa o diretor Pedro Paulo.

| DBD Filtros |

Fechado o acordo da PLR

Diretor Léo em assembleia com os companheiros da DBD Filtros

Os trabalhadores da DBD Filtros aprovaram o acordo da PLR-2019, em assembleia realizada no dia 28 de março. O pagamento será feito em duas parcelas iguais, sendo a primeira no dia 10 de abril e a segunda no dia 10 de julho, informam os diretores Léo e Nei.

| Hydro |

Encontro reúne dirigentes sindicais

Começou nesta terça, dia 2, e segue até esta quarta, dia 3, em Belém, no Pará, um encontro de dirigentes sindicais das plantas da Hydro no Brasil com representantes da direção da empresa. Participam do evento representantes sindicais de Santo André, Itu (SP), Barcarena, Paragominas (PA) e Tubarão (SC).

No primeiro dia, houve uma reunião de apresentação e exposição de problemas e questões regionais, Já nesta quarta, os temas serão abordados e debatidos. Como o companheiro Wilson Galo está afastado devido a uma cirurgia a que foi submetido, o companheiro Sapão está representando o Sindicato.

Ação de perda do FGTS continua parada no STF

O Departamento Jurídico do Sindicato tem recebido consultas de trabalhadores sobre o andamento da ação coletiva ajuizada pela Força Sindical, reivindicando a correção monetária do saldo de contas do FGTS pela inflação, a partir de 1999, quando as contas passaram a ser remuneradas pela TR (Taxa Referencial) mais 3% ao ano. No período de 1999 a 2013, estima-se que as perdas chegaram a 88,3%.

Temos a informar que, infelizmente, nada mudou. Tudo continua parado à espera da decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), e não há qualquer perspectiva de quando o assunto pode ir ao julgamento no plenário. Estima-se que aproximadamente 50.000 ações, entre coletivas e individuais, estão no aguardo de uma posição do Supremo.

Ação questiona constitucionalidade da correção pela TR

Desde 2014, tramita ainda no STF uma ação ajuizada pelo Solidariedade em que o partido questiona a constitucionalidade da correção do FGTS pela TR e defende a inflação como indexador das contas vinculadas. O relator é o ministro Luís Roberto Barroso e também neste caso não há nenhuma indicação de quando essa ação pode ser julgada.

Para STJ, cabe ao Legislativo mudar o indexador

Em abril de 2018, ao julgar um processo que reivindicava a troca da TR pela inflação como indexador, a 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça decidiu que o Judiciário não pode legislar e mudar o índice de correção monetária. Ou seja, cabe ao Legislativo aprovar uma lei e ao Executivo sancioná-la. No Congresso Nacional há projetos de lei propondo a troca da TR por um índice de inflação, mas também não há previsão de votação.

Procure o Jurídico do Sindicato

Se tiver dúvidas sobre correção do FGTS ou outros direitos trabalhistas, procure o Departamento Jurídico do seu Sindicato.

Cícero Firmino (Martinha), presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá

O METALÚRGICO

Órgão oficial do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá

Presidente: Cícero Firmino (Martinha) **Diretor responsável:** Osmar Cesar Fernandes **Jornalista responsável:** Marina Takiishi MTb 13.404

Editoração Eletrônica: Neusa Taeko